



FAGGIOLI, Massimo. **Vatican II: the battle for meaning.** Mahwah: Paulist Press, 2011. 199p.

Rodrigo Coppe Caldeira*

Nestes quase cinquenta anos de início do Concílio Vaticano II, cresce e aprofunda-se a discussão em torno dos seus significados, transparecido nos debates em torno da procura de adequada interpretação dos documentos promulgados. Neste início de século, estes debates foram perpassados por um novo vigor, especialmente pela elevação de Joseph Ratzinger ao sólio papal, deixando claro, desde seus primeiros discursos, que a recepção do Vaticano II seria uma das preocupações centrais de seu papado. De fato, está sendo, já que, além da presença do tema em inúmeros de seus discursos, o seu movimento em vista de finalizar o cisma pós-conciliar de 1988, levado a cabo pela radicalização de Marcel Lefebvre e Antônio de Castro Mayer, pisa no terreno da hermenêutica do concílio. Alguns analistas vêem a situação atual como uma verdadeira "batalha". É o caso da obra publicada nos Estados Unidos da América por Massimo Faggioli intitulada *Vatican II: the battle for meaning*. Faggioli busca, em seis capítulos, apresentar o ponto em que nos encontramos nesta "quaestio disputata", tentando demonstrar as forças em jogo, reconstruindo, mesmo que brevemente, os principais momentos e desafios da recepção conciliar. Certamente, refletir sobre o catolicismo atual sem referenciar a realidade do Vaticano II seria incorrer em erro. Como Faggioli afirma, " the best way to reflect on the state of catholicism in the twenty-first-century global world is to regain possession of the event that shaped the Church in a way that is

* Doutor em Ciência da Religião (UFJF), professor da PUC Minas. País de origem: Brasil.
E-mail: rodrigocoppe@gmail.com

comparable only to the impact of the Council of Trent on European catholicism". (p. 2).

Dessa forma, a preocupação de Faggioli é contextualizar o evento conciliar a partir dos significados advindos de sua recepção, ou seja, desde seu desenvolvimento entre o anúncio por parte de João XXIII e, particularmente, as fases posteriores, que serão fundamentais no processo dinâmico de sua *receptio*. Para tanto, o historiador italiano divide este período entre 1960-65 (“What Vatican II said about Vatican II”), apontando para a realidade do Vaticano II como aquele primeiro concílio realmente global, assinalado por pendor ecumênico e pela renovação patrística; 1965-80 (“Vatican II: acknowledged received, refused”), no qual aponta para os debates que surgem sobre o concílio, e que tem entre os seus principais comentadores Yves Congar, Henri de Lubac, Joseph Ratzinger, Edward Schillebeeckx; os sínodos nacionais (por exemplo, o de Medellín em 1968); a fundação das revistas *Concilium* (Hans Küng, Yves Congar, Karl Rahner, Edward Schillebeeckx) e *Communio* (Joseph Ratzinger, Hans Urs von Balthasar, Henri de Lubac) sinalizando para o fato de que as interpretações em torno do concílio não seriam unânimes; 1980-90, marcado por cada vez menos contribuições da academia e mais influência da política doutrinária da Santa Sé, especialmente com a recodificação da lei canônica, o Sínodo dos Bispos de 1985, que oferecia as diretrizes para se interpretar o Vaticano II, além da publicação do livro-entrevista de grande impacto, publicado no Brasil com o título “A fé em crise? O cardeal Ratzinger se interroga”; 1990-2000, no qual a preocupação com a historicização do concílio aparece no projeto de envergadura encabeçado por Giuseppe Alberigo, assinalado por uma perspectiva hermenêutica que afirma o concílio como “evento”. De 2000 até hoje, Faggioli pergunta: “Toward a new fight over Vatican II?”. A morte de João Paulo II e a eleição de Bento XVI constituem dois elementos importantes no campo teológico e eclesiástico na paisagem dos debates sobre o Vaticano II nos últimos anos. Faggioli cita o documento “Responses to Some Questions Regarding Certain Aspects of the Doctrine on the Church” (29 de junho de 2007), que tratou de como deve ser interpretado o “subsist in” (*Lumen Gentium*,

8), o moto proprio *Summorum Pontificum* (2007), que permitiu o uso da missa tridentina de forma ampla e, em 2009, o levantamento das excomunhões dos quatro bispos ordenados por Marcel Lefebvre como momentos da última década que vão dar novo impulso aos debates em torno da hermenêutica do concílio. Faggioli levante três posições interpretativas no pós-concílio que partiam da ideia do Vaticano II como um concílio de reforma: a primeira em torno da revista *Concilium*, que tinha como palavra de ordem a expressão “beyond the council”, entendendo o concílio como um início e não simplesmente um fim; a segunda representada pela ideia de uma recepção reformista dos documentos conciliares; e a terceira que marca a importância dos documentos conciliares para que seja colocada em andamento as reformas, como aquela da Cúria Romana, a litúrgica, a da colegialidade. Faggioli também aponta para os tradicionalistas, que rejeitam o concílio, entendido por eles como heresia, o que leva ao cisma de 1988.

Momento interessante da obra é aquela que traz a situação da teologia no período pós-conciliar, marcada pelas posições das mais importantes revistas teológicas do mundo, *Concilium* e *Communio*. Segundo Faggioli, a divisão do que foi a “maioria conciliar” nos tempos da assembleia demonstrou as tensões que existiam no campo hermenêutico: “the divisive issue was *Communio*’s idea of Vatican II as validating *ressourcement* as a method for further work in theology versus *Concilium*’s idea of Vatican II as the incipit of a *reformatio*, a more comprehensive updating of the Catholic Church in its theology and structures” (p. 52). Faggioli, assim, vê duas tendências no pós-concílio, que irão refletir, sem sombra de dúvida, nas linhas interpretativas dos significados do concílio: a primeira representada pelos neo-agostinianos (filosoficamente próximos do platonismo); a segunda, a dos neo-tomistas (filosoficamente próximos de Aristóteles). Segundo o historiador, estas duas linhas já estavam delineadas no próprio concílio, não sendo assim resultado da dinâmica pós-conciliar. A escola agostiniana, como afirma Ormond Rush, citado por Faggioli, “is wanting to set church and world in a situation of rivals; it sees the world in a negative light; evil and sin so abound in the world that the church should be always suspicious and

distrustful of it. Any openness to the world would be ‘naïve optimism’” (p. 68-69). Esta tendência teria atraído inúmeros teólogos, não só aqueles ligados à orbe conservadora e/ou tradicionalista, mas também aqueles ligados à *nouvelle theologie*, como Henri de Lubac, Jean Daniélou, Hans Urs von Balthasar, Louis Bouyer e Joseph Ratzinger. Importante afirmar com o autor que “the intellectual biography of many neo-Augustinian critics of Vatican II has been far more complex than the advocacy of a merely conservative agenda” (p. 69). Von Balthasar, por exemplo, em seu *Razing the Bastions*, publicado dez anos antes do concílio, “expressed the need for the Church to no longer be ‘barricaded’ against the world”. (p. 69). Depois do concílio, o teólogo compreenderá os vários aspectos da teologia pós-conciliar como o resultado do casamento entre o deísmo inglês (Herbert of Cherbury), o historicismo alemão e o idealismo (Hegel) às custas de Tomás de Aquino. Henri de Lubac, por seu turno, já deixa transparecer no próprio Vaticano II, de acordo com Faggioli, ao analisar seu diário do concílio, seu ceticismo em relação à antropologia do evento conciliar, e a *Gaudium et spes* especialmente. Em sua *Augustinisme et théologie moderne*, de 1971, escreve: “Today we are witnesses of an endeavour that wants to dissolve the Church in the world... The tide of immanentism is growing irresistibly” (p. 71). Para o teólogo, “the theological balance between nature and grace had been disrupted in favor of a naïve confidence in nature and the world against the need of grace and faith, and against the idea of transcendence”. (p. 71).

Joseph Ratzinger, por seu turno, concorda com a tese de fundo sobre a situação pós-conciliar de De Lubac, e como prefeito para a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé entre 1981 e 2005 – e como papa depois de sua eleição em abril de 2005 – teve várias oportunidades de reforçar seus posicionamentos. Segundo Faggioli, o agostinismo de Ratzinger data de seus anos na escola secundária, na Alemanha nazista, quando a ideia da obra “Cidade de Deus” era pensada como um antídoto para o totalitarismo. Porém, para o historiador, o seu trabalho pós-doutoral sobre São Boaventura ajuda a compreender a avaliação de Ratzinger da antropologia e eclesiologia do Vaticano II e sua evolução no pós-

concílio. O então Cardeal salientou desde o início deste período a importância de uma correta interpretação do concílio. Sempre segundo Faggioli, Ratzinger dizia que as afirmações da *Gaudium et spes* “breathe an astonishing optimism’, resulting in nothing more than ‘a revision of the *Syllabus* of Pius IX, a kind of counter-syllabus’, which was intended to reverse the negative stance adopted by Pius IX against the political and doctrinal ‘erros’ of modernity listed in the *Syllabus* of 1864” (p. 74). Para o historiador, o agostinismo de Ratzinger está na base de sua compreensão, não só da *Gaudium et spes*, mas também, por exemplo, da Teologia da Libertação e das teologias de Jürgen Moltmann e de Johann Baptist Metz. Faggioli adjetiva como “áspera” a opinião sobre o Vaticano II de Ratzinger, que segundo o autor, está ligada à sua defesa do agostinismo.

A segunda tendência fundamental de interpretação do concílio é a chamada pelo historiador como “‘progressistas’ neo-thomistas”. Entre eles estariam Yves Congar, Marie-Dominique Chenu, Edward Schillebeeckx, Karl Rahner e Bernard Lonergan. Utilizando-se da análise de Gerald McCool, Faggioli afirma que a partir do tomismo estes teólogos defendiam o lugar da história e do pluralismo na teologia, olhando para eles como fatores positivos. Chenu (1895-1990), por exemplo, “proposed a fundamental historization of the theology of Thomas Aquinas – that twentieth-century Catholic theology should do with modern philosophy and social sciences what Thomas had done with Aristotle in the thirteenth century”. (p. 76). Para Chenu, a interpretação do Vaticano II deve estar ligado inextricavelmente com a percepção do “fim da era constantiniana”, o fim do acordo entre o Altar e o Trono, entre a Igreja e o Estado. Tal mudança, segundo o teólogo, é um fenômeno que aponta para as mudanças não só históricas e culturais do Ocidente cristão, mas também requer uma mudança nas relações entre história e teologia. Yves Congar (1905-1995), por seu turno, o mais influente teólogo do concílio, focou inúmeras vezes a relevância da história para a teologia. Sobre a influência de Tomás de Aquino em sua teologia, Faggioli cita trecho de seus diários: “What I see makes me understand why St. Thomas was so attentive to Arabs and gentiles. I imagine a St. Thomas very attentive, open and active towards the world

he was facind”. Em outro trecho afirma: “a theology at the service of the Church for the needs of its time, according to St. Thomas’s mission”. (p. 79). A aproximação com o tomismo se daria na compreensão do papel histórico de Tomás de Aquino na Igreja, ao realizar a releitura de Aristóteles no século XIII, pois, sobre a tentativa da Cúria Romana de reintroduzir certo neo-escolasticismo como caminho nas escolas e universidades católicas, Congar era bem crítico: “It would be just like using Thomas Aquinas against himself”. (p. 79). Para o teólogo, “Vatican II had achieved something similar to what the Thomist revolution had achieved in the thirteenth century”. Faggioli também cita Karl Rahner (1904-1984) como um teólogo que se situaia nesse grupo, além de Bernard Lonergan (1904-1984).

Momento de central importância no pós-concílio foram os debates no Sínodo Episcopal de 1985, que teria como objetivo, intentado por João Paulo II, de demonstrar os limites da recepção do Vaticano II. O documento final do Sínodo – que foi dado os créditos ao cardeal Godfried Danneels e ao teólogo e secretário do Sínodo, Walter Kasper – trouxe seis princípios para a interpretação do concílio. Segundo Faggioli, “from a historical point of view, the reading of the reception of Vatican II was much closer to the ‘optimism’ of the council itself than to the ‘skepticism’ that many Catholic bishops and theologians [...] Despite the visible ‘reversals’ imposed by the 1985 Synod of Bishops on how Vatican II ecclesiology had already been received between 1965 and 1985”. (p. 85). Para o historiador, o Sínodo marcou uma virada, já que, segundo ele, se deu a emergência da compreensão da recepção conciliar a partir da chave neo-agostiniana. A Igreja do Sínodo seria assinalada pela visão de João Paulo II e sua interpretação do concílio: “a clear development in the issue *ad extra* (social teaching, ecumenism, interreligious dialogue) and a more conservative approach to the issues *ad intra*”. (p. 86). Tal complexidade tona-se aparente no final de 1983, com o *Código de Direito Canônico*, “which assembled with a great deal of ‘ambiguity’ two different elements, that is, the mainly Tridentine and juridical ecclesiology of *societas* and the more theological ecclesiology of *communio*”. (p. 86). Para Faggioli, é possível ver nos debates do Sínodo e em seu documento final, que algumas decisões

teológicas do concílio foram revisitadas e reinterpretadas por João Paulo II, como, por exemplo, a noção de “povo de Deus”, a ideia de um “catecismo universal”, “set aside by the council, was revived, thanks to the suggestion coming from some episcopal concferences”. (p. 87), e o papel das conferências episcopais, “decisively reduced to a mere tool and deprived of real ecclesiological meaning”. (p. 87). O texto final do Sínodo reflete, assim, algumas tensões que emergiram da recepção global do Vaticano II depois de 1965, revelando também as divergentes tendências hermenêuticas no pós-concílio. Faggioli concorda com Gilles Routhier, que entende que momento crucial no Sínodo foi quando “the beginning of a process of gradual but sure disqualification of some of the interpretations of Vatican II and of a reduction of the possible interpretations of the conciliar documents”. (p. 88).

Para o historiador, o período pós-sinodal será assinalado por um embate de narrativas a respeito do concílio e sua interpretação. Mesmo sendo delineado as diretrizes para a recepção, notou-se vibrante debate intelectual sobre as descobertas dos significados do concílio. Mais estudos históricos e teológicos, todavia, não levaram a um acordo sobre o papel da Igreja no milênio que se iniciava. A questão era sobre os significados dos acontecimento. A tensão entre duas vertentes de compreensão já era visível no debate teológico nos anos 1980: de um lado havia o partido da descontinuidade, de outro, o partido da continuidade. O primeiro defendendo que a Igreja do pré-Vaticano II era uma, e a Igreja do pós-Vaticano II outra; o segundo afirmando a continuidade entre os dois momentos. Cada partido com seus próprios princípios hermenêuticos. Esta divisão se tornou um convite para que historiadores e teólogos se engajassem em uma nova fase de pesquisa sobre o concílio. O teólogo alemão Hermann J. Pottmeyer marcou o início dessa nova fase de investigações. Assim escreveu em 1987: “Two interpretative approaches are in conflict, especially in the second phase of reception: one looks exclusively to the new beginnings produced by the conciliar majority, the other looks exclusively to statements that were taken over from the preparation schemata at the instigation of the minority and reflect preconciliar theology”. (p. 93). Para o teólogo, o estudo das atas conciliares e de documentos como diários e cartas dos

participantes do concílio abriria uma nova fase de sua recepção. A pergunta que se fazia no momento era sobre a possibilidade de um tratamento histórico rigoroso do Vaticano II e seus significados. Faggioli afirma que uma nova fase da recepção conciliar se abria com uma nova série de estudos dos significados históricos do concílio, apontando para as inúmeras conferências internacionais que se sucederam entre 1988 e 1999, em Paris, Bologna, Leuven, Houston, Lyon, Würzburg, Moscou e Strasbourg. Estas conferências deram a substância teórica para os fundamentos dos que seriam os cinco volumes da *História do Concílio Vaticano II*, organizada por Giuseppe Alberigo e com participação de uma comunidade internacional de estudiosos. Segundo Faggioli, esta fase, aberta com o Sínodo de 1985, foi simbolicamente concluída em 2005, com o novo comentário dos documentos do concílio editado por Hilberath e Hünermann e com a eleição de Joseph Ratzinger ao papado em abril de 2005. Para o historiador, com a eleição de Ratzinger inaugurava-se "a new type of relationship between papal teaching and Vatican II documents, at least for Benedict XVI's pontificate". (p. 95). Interessante notar que foi neste momento em que apareceu mais fortemente críticas à história do concílio de Alberigo, acusado de realizar uma interpretação ideológica do evento conciliar, "a modernist interpretation of the 'spirit of Vatican II'". (p. 96). Os múltiplos aniversários do Vaticano II – em 2003 a constituição litúrgica *Sacrosanctum Concilium* fez quarenta anos; em 2005, os quarenta anos da conclusão do concílio; em 2009 os cinquenta anos de seu anúncio e o aniversário de cinquenta anos de sua abertura –, juntamente do lugar central do Vaticano II na biografia de Bento XVI como teólogo, deram impulso a um rico debate nos últimos anos.

Faggioli aponta para a eclesiologia como a questão mais delicada e complexa do pós-Vaticano II, já que a interpretação teológica da recepção do concílio liga-se diretamente a ela. A primeira questão, e a mais delicada delas, é o balanço de poder entre o papado e os bispos. O legado do final dos debates em torno da *Lumen gentium* e a inesperada adição da *Nota explicativa praevia* – nota inserida por Paulo VI em novembro de 1964 antes do texto já aprovado pelos bispos, com o

intuito de “clarificar” alguns aspectos da colegialidade episcopal – contribuiu para o debate pós-conciliar, no qual os eclesiologistas marcaram alguns elementos substanciais para uma hermenêutica da eclesiologia do Vaticano II. Duas eclesiologias apareciam assim lado a lado: a eclesiologia de comunhão, advinda do Vaticano II, e a eclesiologia jurídica, advinda do concílio Vaticano I. O trabalho final de harmonizá-las não foi levado a cabo pelo concílio do século XX. O historiador observa que “the documents of Vatican II maintained the concept of lay apostolate next to the ideal of Catholic Action – slightly more independent of the ecclesiastical hierarchy but still in need of a ‘mandate’ coming from it”. (p. 100). Outra questão eclesiológica levantada por Faggioli e que traz inúmeros debates é aquele que versa sobre o “subsist in”, *Lumen gentium* número 8. Para o estudioso, as reinterpretações que passaram a surgir sobre este trecho do documento, que marcava os intuitos ecumênicos do concílio, “ignores the intention of the council about this change in the language of the ecclesiological constitution”. (p. 101). Algumas delas vieram diretamente da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, como a declaração *Dominus Iesus*, de 2000, e o documento de junho de 2007 sobre alguns aspectos da doutrina sobre a Igreja. A interpretação oficial do “subsist in” foi a faísca para inúmeros debates em torno da questão e do que chama de “crise do ecumenismo católico”, depois do sucesso da Declaração conjunta sobre a Doutrina da Justificação, assinado por católicos e luteranos em 1999. Além da questão eclesiológica, aquelas envolvendo a liturgia também foram alvo de debates, especialmente a partir do moto proprio *Summorum Pontificum* assinado por Bento XVI em 2007. A “reforma da reforma litúrgica” teria presença considerável no papado de Ratzinger.

Para Faggioli, nesse “clash of narratives” que marca a primeira década do milênio em torno dos feitos e significados do concílio, é assinalado, incontestavelmente, pelo impulso da narrativa católica conservadora, especialmente devido à eleição de Joseph Ratzinger. De acordo com o historiador, por muitos anos o Vaticano foi expressão de uma contradição entre duas conflituosas visões sobre o concílio: aquela fundamentalmente positiva de João

Paulo II e a do cardeal Ratzinger, “agudamente pessimista” ao ler o pós-concílio. O conclave de 2005 colocou um fim neste diálogo “between the two most important interpreters of Vatican II in the first fifty years of its reception and opened a new phase, in which Ratzinger’s interpretation is no longer balanced by that of John Paul II”. (p. 106-107). Segundo o historiador, o tom do debate mudou com a eleição de Bento XVI, que deu seu primeiro passo no caminho de remodelar o papel do concílio com seu discurso à Cúria Romana em dezembro de 2005. Afirmava: “Two contrary opposite hermeneutical came face to face and quareled with each other. One caused confusion, the other, silently but more and more visibly, bore and is bearing fruit”. (p. 109-110).

As linhas mais visíveis que marcam o debate, como aponta Faggioli, sobre o Vaticano II, são as seguintes: a compreensão do Vaticano II como o fim ou o início da renovação; a visão sobre a dinâmica dos textos conciliares e sua posição no que concerne ao desenvolvimento da teologia católica; a questão da mudança e da historicidade na Igreja e na teologia. No que tange à primeira questão, o autor afirma que é “another way to describe the opposition between the conception of catholicism as a phenomenon dominated by a culture (Greco-Roman, European, Western, and so on) or as a communion guided by the Spirit and able to transcend and enlighten every particular culture”. (p. 124-125). Sobre o segundo ponto, duas correntes se abrem: a primeira advoga uma “theological axis” para a interpretação do *corpus* do Vaticano II, tendo como seus principais representantes Christoph Theobald. A segunda corrente, tendo como principais representantes John O’Malley, Gilles Routhier e Peter Hünermann, focam o papel central dos documentos em sua constituição histórica, no seu gênero literário e seu estilo.

Concluindo: a obra de Faggioli é uma oportunidade de adentrarmos nos meandros historiográficos, teológicos e hermenêuticos, no início da segunda década do novo milênio, dos debates em torno do Concílio Vaticano II e seus inúmeros desafios. Vale a leitura!